

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.907 - SP  
(2019/0044747-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE** : **SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADOS** : **JORGE TOSHIHIKO UWADA - SP059453**  
                  **JOAO BOYADJIAN - SP022734**  
                  **RAFAEL SANGIOVANNI COLLESI - SP169071**  
                  **HOANES KOUTOUDJIAN FILHO - SP295777**  
**EMBARGADO** : **EDINALDO SOUZA DE LIMA**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES.** : **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**ADVOGADO** : **FABIANA DE ARAÚJO PRADO FANTINATO CRUZ - SP289993**  
**INTERES.** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **MARCELO GUTIERREZ - SP111853**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A ao despacho de fl. 274.

Sustenta a parte embargante que:

Data vênua, houve omissão na referida Decisão, haja vista que a embargante, em sede de Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (nº 2070484-21.2014.8.26.0000), obteve a concessão do benefício do diferimento para pagamento de despesas e custas processuais ao final do processo, que se aplica a este feito e a todos os demais idênticos que envolvem a mesma questão.

Veja-se, nesse sentido, que nas razões de recurso especial, houve ampla explanação sobre a situação de diferimento de custas já consolidada em favor da Massa Falida recorrente, o que, infelizmente, acabou passando ao largo da apreciação desse E. Superior Tribunal, razão pela qual é cabível a presente intervenção, visando sanar a omissão apontada. (fl. 279).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na

hipótese.

Registre-se que se trata de um mero despacho oportunizando a regularização do vício pela parte, ou seja, não se está discutindo a *ratio* de inadmissão, razão pela qual descabida essa análise em sede de embargos, não tendo, sequer, decisão sobre o recurso ainda.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Após, retornem-me os autos conclusos para julgamento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente